

## IMPACTOS DA COVID-19 EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES ACERCA DA TRANSVERSALIDADE ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Matheus Wisdom Pedro de Jesus <sup>1</sup>

Sumaia Midlej Pimentel Sá <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os principais impactos existentes nas áreas de saúde e educação de pessoas com deficiência diante da pandemia da Covid-19. Busca-se, pelas reflexões, propor debates sobre segregação das minorias que se tornaram ainda mais latentes, dada a situação que atinge à população como um todo. A metodologia empregada foi qualitativa-teórica, sem representatividade numérica com caráter bibliográfico-fenomenológico. Discute-se, a priori, a concepção de deficiência sob o olhar do modelo social-antropológico, que se difere do modelo biomédico para melhor compreender os fatores mencionados. Após isso, é apresentado um subtema, explorando a saúde da pessoa com deficiência durante a pandemia e os entraves existentes para o acesso aos serviços populacionais. Em seguida, a reflexão é pautada no contexto educacional com os desafios e possibilidades para atender a esse público, mesmo diante das novas tecnologias empregadas. É plausível concluir que os resultados, mediante às considerações apresentadas, direcionam a pensar que existe um longo caminho a ser percorrido e que, de forma transversal, perpassa pelas políticas públicas da saúde e da educação, com a finalidade de contemplar as necessidades específicas das pessoas em situação de deficiência durante a pandemia e posterior a ela.

**Palavras-chave:** Inclusão. Deficiência. Saúde. Educação. Covid-19.

**Abstract:** This article aims to reflect on the main impacts on the health and education of disabled people in the covid-19 pandemic. It tries, through reflections, to propose debates on the segregation of minorities that have become more visible because of this situation that affects the population. The method used was qualitative-theoretical without numbers and of bibliographic-phenomenological intention. First, it discusses what disability is under the social-anthropological model that differs from the medical model to better understand the facts. Then, it presents a topic on the health of the person with disabilities during the pandemic and difficulties in accessing services. Finally, it presents discussions on the challenges and possibilities in education to serve the public with new technologies. After the considerations and the results presented, it is possible to conclude that there is a long and transversal path to be followed that goes through public health and education policies to understand the needs of people with disabilities during and after the pandemic.

<sup>1</sup> Mestrando em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano (UCSAL) e do Grupo de Pesquisa Pensamento e Contemporaneidade (UNEB). Psicopedagogo da APAE Salvador.

<sup>2</sup> Doutora e Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano (UCSAL). Professora Adjunta da UNEB.

**Keywords:** Deficiency. Health. Education. Covid-19.

## INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou a presença de uma pandemia causada pelo COVID-19. Tal constatação levou essa organização a recomendar, como uma das estratégias de prevenção, o distanciamento social. Essa recomendação, por sua vez, causou muitas mudanças na rotina e nas finanças da população em geral. Percebeu-se que um dos efeitos mais evidentes desse distanciamento está diretamente ligado à saúde mental de todos (PARENTE et al., 2020). No Brasil, a pandemia contribuiu, entre outras coisas, para um maior agravamento da desigualdade social e educacional, como bem nos refere Alda Mota (2020):

Vivendo-se agora este auge de tempo desfavorável, é preciso lembrar que a situação, no caso do Brasil, torna-se mais grave por tratar-se de um país que cursa desacertos políticos e inoperância sanitária, com uma população de extrema desigualdade social e educacional, em um território muito amplo (MOTA, 2020, p. 18).

Restrições aos deslocamentos, impedimento de circulação em áreas de lazer, home office e educação mediada por tecnologias foram implementados. Elaborar estratégias para lidar com o estresse proveniente das mudanças ocorridas pela obrigatoriedade de estar em casa, ou ao menos distanciada do convívio com a família extensa, colegas e amigos, bem como estabelecer uma rotina que seja saudável e que não seja geradora de maior estresse e conflitos foi o desafio de todos (BARBOSA et al., 2020). Sabe-se que muitos foram os sintomas emocionais desencadeados pelo distanciamento social, e, nesse atual contexto, torna-se imprescindível refletir sobre as repercussões que tais medidas podem acarretar às pessoas, especificamente aquelas em situação de deficiência.

A pandemia está, de forma veemente, reforçando as vulnerabilidades existentes e fazendo emergir outras em situações antes com menor probabilidade. Consequentemente, é válido afirmar que, diante dos fatores apresentados na situação vigente, há impactos significativos – em curto e longo prazo – na vida cotidiana da pessoa com deficiência. De forma inicial, tiveram os atendimentos terapêuticos, educativos especializados e de serviços à comunidade suspensos sem a previsibilidade de retomada presencial ou com alternativas durante o período. Desse modo, o presente artigo se propõe, sem exaurir-se quanto às discussões, a refletir sobre esses impactos sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, e quais direcionamentos podem ser pensados a partir dessas contribuições.

As reflexões propostas no estudo, no que concerne à abordagem metodológica, foram baseadas na pesquisa qualitativa-teórica, a qual procura captar o conceito de uma totalidade sem representatividade numérica e não se detém no enfoque de conceitos específicos. No que diz respeito aos procedimentos, foi utilizado o caráter bibliográfico-fenomenológico, que permitiu analisar as principais discussões sobre a temática, observando que “sujeito e fenômeno estão no mundo-vida juntos com outros sujeitos, co-presenças que percebem fenômenos” (BI-

CUDO, 1994, p. 19).

Para correlacionar a metodologia empregada e propor novas considerações a respeito da temática discutida, foram elencados autores como Amaral (1995), Bueno (1998), Costa (2020), Diniz (2010), Januzzi (2004), Ribas (2003) e World Health Organization (WHO) (2020), além de leis, decretos e pesquisas contemporâneas ainda em andamento, que buscam maiores elucidações sobre a temática.

## **A DEFICIÊNCIA E O MODELO SOCIAL – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS**

A sociedade, tal qual está estruturada na contemporaneidade, traz, por muitas vezes, uma visão antiquada da deficiência pautadas em visões e pesquisas desenvolvidas excepcionalmente pelo modelo biomédico. Nesse viés, diante da visão tecnicista e, quase sempre, estigmatizada, perduram concepções que não englobam o modelo social da deficiência e disseminam o olhar preconceituoso e limitante para o público em questão.

A deficiência como modelo social que contempla toda a diversidade e, conseqüentemente, encontra barreiras em múltiplos espaços, sejam elas de caráter atitudinal, físico ou outras, é a mesma posta por Ribas (2003, p. 10), quando afirma que se trata de: “[...] qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas e mentais”.

Para o autor, ser ou estar deficiente comprometeria três grandes áreas do desenvolvimento humano: “incapacidade”, impedimento e deficiência. Logo, a pessoa com deficiência seria aquela que necessitaria de suportes físicos, tecnologia assistiva, comunicação alternativa ou outro recurso para conseguir ter uma vida dentro dos padrões estabelecidos como “ditos normais” na sociedade. É digno de nota que a conotação empregada por “incapacidade” está intimidade relacionada a eventuais limitações, sejam elas de ordem permanente e temporária. Do ponto de vista social-antropológico, Diniz (2007) apresenta a deficiência como um corpo com lesão que encontra uma estrutura social oprimente e que segrega e humilha a pessoa com deficiente. A autora aponta a deficiência na contemporaneidade como reclamando “o direito de estar no mundo” e querer ser incluída no meio social, trajetória marcada por lutas e embates nas mais diversas esferas ao longo da história humana. É necessário, além disso, a quebra de alguns estigmas – muitas vezes inconsciente – de associar deficiência à ineficácia ou inferioridade e à possibilidade encará-la como uma forma de diversidade humana e pluralidade de estilos de vida que devem e precisam ocupar todos os espaços sociais.

O modelo social da deficiência entende que sistemas opressivos, barreiras arquitetônicas, preconceitos e práticas sociais discriminatórias não inclusivas levam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência. Portanto, segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), reafirmada pela Lei Brasileira de Inclusão (2015), a deficiência é conseqüente, não de um corpo que apresenta impedimentos, mas de um ambiente que, por apresentar

barreiras, limita a participação social da pessoa. Tal constatação faz com que haja a necessidade de lidar com a deficiência na esfera pública, não somente na privada e familiar. (SÁ, 2015; PEREIRA, 2008; DINIZ, 2007).

É nesse ínterim que residem as questões inadiáveis sobre a situação da pessoa com deficiência diante dos impactos sociais por COVID-19. Se por um lado, as discussões pontuadas fazem parte de um contexto histórico que, naturalmente, eclodiam barreiras que dificultavam inúmeros serviços às pessoas com deficiência, a pandemia traz uma nova realidade – temporária ou não –, que precisa ser reconsiderada com significativa premência.

## **A SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19: INVISIBILIDADE E SEGREGAÇÃO**

Um dos setores bastante mencionado durante a pandemia da COVID-19 tem sido a saúde, possivelmente, pelo amplo serviço prestado à toda a população diante do inesperado contexto. Pensar na saúde, na atualidade, é visualizar possibilidades de prevenção e cuidado que extrapolam os muros de hospitais, clínicas, postos e chegam até a casa de muitas pessoas que se preocupam com a não contaminação pelo vírus.

O panorama se torna ainda mais preocupante e propício à eclosão de caso quando pensamos nas pessoas em situação de deficiência e que possuem limitações físicas ou intelectuais de caráter transitório ou permanente. A essas, a fragilidade social que lhe é imposta naturalmente e a ausência de políticas de afirmações que contribuam para instrumentalização desse público, pelos mais diversos veículos de comunicação, a direciona para reflexões acerca de como esse público tem sido afetado e quais as medidas têm sido tomadas pela sociedade sob a perspectiva preventiva e/ou curativa referente ao contágio viral.

No Brasil, estima-se que há mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2021), porém, não há dados oficiais sobre o número de pessoas com deficiência infectadas na pandemia pelo SARS-COV-19, o que não possibilita a mensuração da vulnerabilidade dessas à infecção (REICHENVERGER, et al., 2020). Quando infectadas, essas pessoas podem desenvolver formas mais graves da doença por diversas razões, como por exemplo, baixa imunidade, o que acompanha algumas patologias causadoras da deficiência. Estudos mais recentes, por exemplo, têm se debruçado sobre pontuações de infecção em pessoas com Síndrome de Down, síndromes congênicas ou outras patologias genéticas ou adquiridas que possam ser palco para o agravamento do quadro de saúde pós-infecção. Consequente a essa exclusão nos dados oficiais, não são elaboradas estratégias que contemplem as demandas das pessoas com deficiência na sua individualidade, especialmente nesse momento em que vivenciam a pandemia. Dessa forma, sem dados estatísticos plausíveis, o acesso às informações reais coadune para a melhoria da qualidade dos acessos à saúde para pessoa com deficiência, bem como prognósticos aos tratamentos deixam de fazer parte, a priori, de dados quantitativos.

Restrições sanitárias foram impostas e repercutem em todas as pessoas e, nas pessoas

com deficiência, as restrições podem interferir de um modo especial. Há particularidades a serem observadas em relação ao cuidado com a sua saúde, que são próprias a cada pessoa e ao tipo de deficiência e mapear a todos exigirá um tempo ainda não especificado. Um exemplo disso é a orientação quanto à lavagem frequente das mãos como medida sanitária para combater a infecção pelo Coronavírus. Deficientes físicos comumente vivenciam a inacessibilidade a pias e lavatórios, além de que, pessoas com alterações na funcionalidade podem não conseguir lavar as mãos sem a ajuda de terceiros, o que impacta em realizar o ato com uma menor frequência. Também há que se ter um maior cuidado na desinfecção dos produtos assistivos, como bengalas, andadores, cadeira de rodas, pois são equipamentos que ajudam a pessoa com deficiência a circular nos ambientes externos, quando se faz necessário (WHO, 2020). É digno de nota que, anterior à pandemia, essas discussões tinham, com significativas visibilidades, palco para novas resoluções. O momento segregador, no entanto, minimiza as possibilidades de enfretamento real, condições de acessibilidade e engajamento do público para mudanças atitudinais em inúmeros aspectos.

O uso de máscaras, por sua vez, pode dificultar a comunicação da pessoa com deficiência auditiva que necessite fazer leitura labial. O distanciamento social imposto poderá causar maior sofrimento às pessoas em situação de deficiência, visto que elas já possuem restrições sociais por falta de acessibilidade e nem sempre o estabelecimento de contato com pessoas pela tecnologia é possível. A acessibilidade à tecnologia depende entre outros fatores, das condições financeiras, cognitivas e da rede de apoio. Todavia, não se pode negar que as questões econômicas têm sido um grande desafio para pessoas com deficiência que, por vezes, contam apenas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para terem acesso primário aos serviços de saúde e, agora, precisam fracionar os valores que anteriormente eram específicos e direcionáveis às terapias para garantir a sua sobrevivência imediata.

Pessoas com deficiência que necessitam de assistência contínua por apresentarem uma dependência funcional, deficiência intelectual ou sensorial mais incapacitante, se veem, nesse momento, com maior dificuldade de acesso aos serviços especializados. Tais serviços têm tido uma diminuição na sua oferta, pois atendem um menor número de pessoas/dia e alguns cessaram o seu oferecimento. Para as pessoas com deficiência, tal fato pode ocasionar uma regressão na capacidade funcional e/ou uma estagnação na aquisição de habilidades funcionais e cognitivas, gerando sofrimento e ansiedade (COSTA, 2020). Restou, assim, o teleatendimento, cujo acesso não é equitativo, pois há a necessidade de recursos financeiros e/ou rede de apoio que viabilize a consulta, atendimento e orientações realizadas pelos terapeutas.

Em síntese, é possível observar um cenário que carece de dados estatísticos e discussões midiáticas e acadêmicas com debates e propostas plausíveis para entender a real gravidade relacionada a disseminação do vírus e a exposição das pessoas em situação de deficiência. Sabe-se até o momento, porém, que mesmo posto na legislação que “os serviços do SUS e do Suas deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com

a finalidade de propiciar sua plena participação social” (BRASIL, 2015), a situação grita por medidas que contemplem as reais necessidades concernentes à saúde e possibilitem melhores condições de vida.

## **EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS E (RE) PENSAR AS POSSIBILIDADES**

Desde março de 2020, acometidos pela pandemia do Coronavírus, as estruturas sociais pré-definidas necessitaram se reinventar pelo que, agora, se tornaria uma realidade inesperada. O distanciamento e a isolamento social, uso direcionado da tecnologia para inúmeros fins e a possibilidade de executar as atividades de forma remota ou híbrida, foram tópicos inseridos de forma descontextualizada e abrupta na rotina de milhares de estudantes.

Dentre os setores primordiais para formação do cidadão, mesmo com uma organização por vezes contestada que a acompanha por séculos, a escola também precisou (re) pensar novas formas de mediar o conhecimento frente aos desafios que estariam naturalmente explícitos. Contemplar o corpo discente diante da desigualdade social brasileira se tornaria uma tarefa árdua e, certamente, alcançar em sua totalidade às pessoas com deficiência no quesito educação seria um trajeto complicado e questionável. Disponibilizar videoaulas por sites e redes sociais, acrescentar apostilas e atividades não-impressas com orientações assíncronas sem ao menos instrumentalizar os usuários para utilização correta ampliou a exclusão latente e esperada. Mais do que isso, o acesso à internet, materiais didáticos não-acessíveis, ausências de materiais tecnológicos mínimos para visualização das aulas somadas as condições de moradia de muitos tornou-se empecilho significativo para execução das atividades pedagógicas que, sem o apoio do profissional especializado, torna-se comprometida quanto às habilidades esperadas no planejamento docente.

Se nas escolas e centros especializados havia à disposição professores e auxiliares capacitados para o atendimento pleno ao aluno com deficiência, a nova forma de mediar toma rumos preocupantes. Para Diniz e Santos (2010, p. 183), no contexto familiar, a figura feminina ainda é a responsável imediata no cuidado e proteção às pessoas com deficiência, o que nesse período se expandiu ao ensino remoto e mediação das atividades pedagógicas agora realizadas em casa. Todavia, muitas famílias precisaram desdobrar-se entre os seus empregos e os afazeres domésticos para contemplar as atividades escolares agora feitas em casa. Alarmante ainda é imaginar o alto índice daquelas que contavam com o espaço físico da escola durante o período diurno, para garantir o sustento e atendimento às necessidades básicas da família.

Como um fator determinante do ambiente escolar, a inclusão começa a dar seus primeiros passos à medida de que a pessoa com deficiência perpassa e interage em vários meios. Aprender a conviver com as diferenças é preponderante para a compreensão da diversidade humana e requisito fundamental para estimulação do respeito às diferenças. A interação socioeducacional se tornou ainda mais fragilizada com a impossibilidade de muitos para frequentar os

espaços virtuais ou a participação não-efetiva, apenas com a superexposição nas telas. Criou-se, disfarçadamente, um novo modelo de segregação que põe as necessidades educativas da pessoa com deficiência como secundária frente às necessidades primordiais dos educandos sem deficiência que, de forma urgente, por serem público majoritário, precisavam ser acolhidos.

Não se pode, na contemporaneidade, ignorar o fato de que todas as conquistas sociais concernentes a esse público, perpassou antes por aspectos condizentes com a conscientização e mobilização de pessoas para a minimização da sua, até então, invisibilidade. Segundo Amaral (1995, p. 35),

[...] a deficiência jamais passa em “brancas nuvens”, muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge ao esperado, ao simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito [...] e, assim, como quase tudo que se refere à diferença, provoca a hegemonia do emocional.

De acordo com a autora, o contexto educacional da pessoa com deficiência não foi construído “entre alegrias” seguindo o curso natural da educação para as pessoas sem nenhum comprometimento em longo prazo. A trajetória sempre foi marcada por densos entraves políticos e sociais que buscavam dar vez e voz às minorias marginalizadas da civilização. Atender a esse público diante da atual situação e considerando esses aspectos relevantes, coloca-se em evidência, mais do que a nunca, a precisão de uma organização e mobilização urgente para a retomada dos alinhamentos pedagógicos inclusivos que se esperava alcançar no início do ano letivo; o planejamento pedagógico-estratégico, tal qual ferramenta para o entendimento e retomada no atual momento, deve e precisa ser pensado com todos e para todos de forma humana e homogeneizada.

Não é de se admirar, portanto, que mediante o cenário pandêmico, a educação especial incontestavelmente tenha ficado distante dos ideais postos para ela nas normas, leis e decretos. Se durante um longo período histórico a inclusão da pessoa com deficiência foi pauta de inúmeros debates perpassando pela integração e buscando alcançar a plena inclusão do indivíduo nos espaços educacionais, existiria agora uma lacuna que priorizaria a educação como um todo e, posteriormente, a partir das novas resoluções, reestruturaria o acesso e permanência das pessoas com deficiência às escolas. Diante desse panorama, é plausível mencionar que a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15 preconiza, no seu artigo 27, que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A partir do exposto, ainda é vigente e atual a necessidade de ter e manter o sistema educacional inclusivo com a finalidade de desenvolver o máximo possível as potencialidades da pessoa com deficiência, precisando ser debatida em múltiplos contextos e não se restringindo a protocolos estáticos em linhas gerais. O sistema educacional, como um todo, enfrenta o novo

desafio para continuar a se ressignificar e ofertar a educação de qualidade a todos por equiparar as oportunidades. Mesmo com as dificuldades intrínsecas, é importante retomar que Januzzi (2004, p. 189) é enfática ao afirmar que: “A escola tem papel importante e mesmo com as condições adversas do contexto econômico-político-ideológico tem função específica que, exercida de forma competente, deve possibilitar a apropriação do saber por todos os cidadãos”.

Coadunando com esse discurso, Bueno (1998, p. 11) afirma que:

O que se deve ter em mente é que para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do aluno, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquira conhecimentos e desenvolva práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educativas especiais.

A inclusão educacional efetiva, agora mais do que antes, torna-se um paradigma a ser questionado na contemporaneidade. A partir do pensamento de ambos os autores, o papel da escola continua o mesmo e a sua função social está pautada na disseminação do conhecimento a toda a comunidade. Por outro lado, a inclusão tal qual esperamos, está alicerçada desde a formação e preparação de profissionais até a promoção de acesso igualitário aos sistemas de ensino, possibilitando, assim, rendimento condizente com as suas habilidades e competências adquiridas mesmo com as limitações físicas ou intelectuais impostas. A reflexão remetida pela pandemia é se acontecem e como essas preparações e formações continuadas de profissionais docentes – especializados ou não – têm acontecido, visto que os recursos destinados à educação também têm sido reduzidos e, a primeira instância, têm pregado um modelo de contemplação prioritária a alunos sem deficiência. Cabe citar que a suposta inclusão, tal qual o seu aprimoramento profissional, aponta para um significativo comprometimento educacional em longo prazo, no que diz respeito aos estímulos necessários para o desenvolvimento do educando com deficiência, resultando em um agravante prejuízo em várias áreas da sua vida, acarretando quadros irreversíveis.

Mais do que em qualquer outro momento da trajetória educacional da pessoa com deficiência, agora é necessário refletir acerca das reais condições de acessibilidade e promoção da educação ao público. Estamos vivenciando o período mais manifesto em que os ideais inclusivos projetados por anos estão sendo claramente expostos e questionados todos os dias sobre a educação inclusiva que um dia foi proposta e visou alcançar a todos. É tempo de (re) pensar novos saberes, (re) inventar estratégias e (re) modelar a inclusão que outrora pensávamos ser eficaz.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo se debruçou em (re) pensar o atual cenário pandêmico que, de forma sutil e preocupante, atinge as pessoas com deficiência por causa de uma vulnerabilidade existente que, ora se agrava por causa do momento de fragilidade econômica, ora tem a deficiência como pon-

to de partida para as fragilidades do indivíduo. Desde a introdução, questiona-se, também, a não propagação de dados estatísticos que corroborem de forma clara e precisa para que a qualidade de vida das pessoas em situação de deficiência possa ser melhorada e os impactos minimizados pelas ações de mobilização social e políticas públicas efetivas no acompanhamento da rede de apoio.

Na primeira seção são colocados em pauta aspectos específicos relacionados à saúde da pessoa com deficiência na pandemia da COVID-19. São trazidas observações pontuais sobre como esse público sofre com a ausência de acessibilidade em múltiplos espaços e como a discrepância entre o proposto na legislação e o cumprimento dela tem acarretado barreiras estruturais e atitudinais que acentuam as dificuldades da pessoa com deficiência para a inserção e atuação plena em vários espaços. Além disso, o tópico ressalta que os benefícios sociais conquistados e utilizados para a manutenção e continuidade dos serviços de saúde, podem, agora, por causa da pandemia, ser redirecionados à subsistência básica, em detrimento das finalidades anteriores.

A seção posterior, intitulada Educação da pessoa com deficiência durante a pandemia da COVID-19: desafios e (re) pensar as possibilidades, aborda um panorama geral sobre os reflexos existentes na educação das pessoas em situação de deficiência durante a pandemia. Reforça-se, com legitimidade, a necessidade de promover os interesses da inclusão educacional postos na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, fomentado por autores que reconhecem o a singularidade ímpar da realidade atual, mas têm a escola como espaço educativo que deve contemplar a diversidade, mesmo sob circunstâncias desfavoráveis. Traz-se, também, a importância da formação docente para atendimento ao público, conforme as suas especificidades e a necessidade de redirecionar as novas tecnologias emergentes para a educação síncrona e assíncrona para contemplar materiais pedagógicos acessíveis que resultem em uma participação absoluta do discente no seu processo educativo.

Em síntese, de forma a não concluir o parêntese entre aberto que a discussão abrange, é possível verificar que a não dimensionalidade da real situação das pessoas com deficiência é um fator que dificulta a coleta e análise de dados quantitativos. Os governos ainda não propuseram nenhum modelo de atendimento normativo que abranja as pessoas com deficiência, de forma a garantir a prevenção e cura da COVID-19. Se não houver medidas de sobrevivência básicas e políticas de enfrentamento, o cenário futuro trará sérios prejuízos no quesito saúde e educação para as pessoas com deficiência, potencializando ainda mais a exclusão dos grupos minoritários.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 30 maio 2021.

BARBOSA, A. M. et al. Os impactos da pandemia covid-19 na vida das pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 91-105, mar./jun. 2020.

BICUDO, M. A. V., ESPÓSITO, V. H. C. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação**. Piracicaba: Unimep, 1994.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 25 maio 2021.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, SP, v. 3, n. 5, p. 7 – 25, 1999.

COSTA, J. D. Deficiência e angústia: um caminho para ser explorado. **INFORMASUS- UFS-CAR**, 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/deficiencia-e-angustia-um-caminho-para-ser-explorado/>. Acesso em: 25 maio 2021.

DANTAS, L. E. R.; BERNARDI, R. COVID-19 e o retrocesso na inclusão de minorias: uma análise da pessoa com deficiência no Brasil. In: MELO, E.; BORGES, L.; SERAU JÚNIOR, M. A.(org.). **COVID-19 e Direito Brasileiro: mudanças e impactos**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 564-574

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; SANTOS, W. (Org). **Deficiência e discriminação**. Brasília: Ed. UNB, 2010.

JANNUZZI, G. S. M. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 6 de dezembro de 2006.

PARENTE, B. A. V. et al. Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19 Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. **Health Residencies Journal**, Brasília, v. 1 n. 5, abr. 2020. Disponível em: <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/14/51>. Acesso em: 25 maio 2021.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao interior da sombra**. Deficiência, doença crônica e invisibi-

lidade numa sociedade capacitista. Orientador: Maria Paula Meneses e João Arriscado Nunes. 2008, 257 f. Dissertação (Mestrado Sociologia) - Faculdade de Economia/ Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

REICHNBERGER, V. et al. O desafio da inclusão da pessoa com deficiência na estratégia de enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29 n. 5, nov. 2020.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SÁ, S. M. P. **A presença da pessoa com deficiência na família: com a palavra, o irmão**. Orientador: Elaine Pedreira Rabinovich. 2015, 187 f. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Disability considerations during the COVID-19 outbreak**. 2020 Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332015>. Acesso em: 25 maio 2021.